

Superior Tribunal de Justiça

RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.149.377 - MS (2017/0196369-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : DOMINGOS DINALE FAVORETO
ADVOGADOS : AFONSO CESAR DIAS COLLIN - PR014850
MÁRIO CLAUS - MS004461
RODRIGO MAXIMIANO FAVORETO - PR052736
STHEVEN OURIVEIS RAZUK - MS011697
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : VANILTON BARBOSA LOPES - MS006771
MARCELO GLASHERSTER - RJ076543
MARCELO PONCE CARVALHO E OUTRO(S) - MS011443

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 660/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por DOMINGUES DINALE FAVORETO, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls. 1.339/1.340):

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. POSSIBILIDADE. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. BENS APREENDIDOS EM AÇÃO CAUTELAR DE SEQUESTRO QUE NÃO FORAM LOCALIZADOS PELA DEPOSITÁRIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO AUTOR DA AÇÃO DE SEQUESTRO. COISA JULGADA E PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS QUE RECAI SOBRE A FIEL DEPOSITÁRIA. ART. 914 DO C/C. ARTS. 150 E 919 DO CPC/1973. AGRADO IMPROVIDO.

1. A possibilidade de julgamento monocrático não foi eliminada com o advento do Código de Processo Civil de 2015. A jurisprudência do STJ é firme no entendimento de que os arts. 557 do CPC/73 e 932 do CPC/15, bem como a Súmula 568/STJ, admitem a possibilidade de o relator dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema, além de reconhecer que não há risco de ofensa ao princípio da colegialidade, tendo em vista a possibilidade de interposição de recurso ao órgão colegiado.

2. Ilegitimidade passiva que foi expressamente examinada e decidida pelo Tribunal de origem, que, ademais, não cogitou da existência de coisa julgada ou de qualquer outra forma de preclusão acerca da questão. Ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356

Superior Tribunal de Justiça

do STF).

3. A ação de prestação de contas compete a quem tem o direito de exigi-las e a quem tem a obrigação de prestá-las (CPC/1973, art. 914).

4. No caso, a obrigação de prestar contas fora atribuída à instituição financeira em razão do fato de que os bens de propriedade do autor - 815.220 kg de arroz -, apreendidos e depositados judicialmente, por força de liminar deferida em ação cautelar de sequestro promovida pelo Banco, posteriormente extinta sem julgamento do mérito a pedido do próprio autor, não foram localizados pela depositária.

5. Tratando-se de depósito judicial, a responsabilidade pela guarda e conservação dos bens depositados recai sobre o fiel depositário, cabendo a este o dever de prestar as contas respectivas (arts. 150 e 919 do CPC/1973).

6. Agravo interno a que se nega provimento.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 1.434/1.445). Extraio, do *decisum*, o seguinte excerto (fl. 443):

Não obstante a ausência de omissão, importa consignar que, no que se refere à coisa julgada, os fundamentos não se sustentam, porque, conforme se observa, a discussão anteriormente travada nos autos e que foi objeto do AREsp 703.185/MS (fls. 880/885), desta relatoria, dizia respeito exclusivamente ao interesse de agir da autora, em vista da extinção do processo pelo magistrado de piso, que "*considerou o Autor carecedor do direito de ação, por ausência de interesse de agir*" (fl. 913), não se cuidando, na ocasião, de discutir a legitimidade passiva do Banco.

Tanto assim o é que **a questão, conforme consignado no *decisum* ora embargado, foi expressamente examinada e decidida no acórdão aqui recorrido, que, frise-se, não cogitou da preclusão do tema.**

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.448/1.466) sustenta o recorrente que está presente a repercussão geral da questão versada e que houve ofensa ao artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

Alega que "o acórdão recorrido afronta o direito ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada expressamente previstos no art. 5º, XXXVI, da CF/88, pois a questão do dever de prestar contas sobre a destinação dada ao valor auferido com a alienação do produto seqüestrado foi superada por decisão pretérita transitada em julgado, tanto nos autos de Medida Cautelar quanto nos autos de prestação de contas" (fl. 1.460).

Apresentadas as contrarrazões às fls. 1.501/1.510.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Com efeito, no julgamento do ARE 748.371 RG/MT, o Plenário do Excelso Pretório concluiu pela ausência de repercussão geral da questão relativa à suposta afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites da coisa julgada, se dependente de prévia violação de normas infraconstitucionais (Tema 660/STF), como é o caso dos autos, que versa sobre a ausência de preclusão da questão da ilegitimidade passiva do ora recorrido.

A ementa do acórdão foi redigida nos seguintes termos:

Alegação de cerceamento do direito de defesa. Tema relativo à

Superior Tribunal de Justiça

suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal. Julgamento da causa dependente de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Rejeição da repercussão geral. (ARE 748371 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 06/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-07-2013 PUBLIC 01-08-2013)

No mesmo sentido, cumpre também trazer à baila os seguintes julgados da Corte Suprema:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VIOLAÇÃO AO DIREITO ADQUIRIDO, AO ATO JURÍDICO PERFEITO E AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. OFENSA CONSTITUCIONAL REFLEXA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF. REAPRECIÇÃO DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. 1. O STF, no julgamento do ARE 748.371-RG/MT (Rel. Min. GILMAR MENDES, Tema 660), rejeitou a repercussão geral da violação ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito, à coisa julgada ou aos princípios da legalidade, do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, quando se mostrar imprescindível o exame de normas de natureza infraconstitucional. 2. O acórdão do Tribunal de origem revela-se em consonância com a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 3. A reversão do julgado depende da análise da legislação local e do conjunto probatório constante dos autos, o que é incabível em sede de recurso extraordinário, conforme consubstanciado nas Súmulas 280 (Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário) e 279 (Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário) do STF. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (RE 589655 AgR, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 10/08/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-174 DIVULG 23-08-2018 PUBLIC 24-08-2018)

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Processual Civil e Administrativo. Recurso de corte diversa. Pressupostos de admissibilidade. Inexistência de repercussão geral. Precatório. Violação da coisa julgada. Repercussão geral. Ausência. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes. 1. O Plenário da Corte, no exame do RE nº 598.365/MG, Relator o Ministro Ayres Britto, Tema 181, concluiu pela ausência de repercussão geral do tema relativo a pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros tribunais, dado o caráter infraconstitucional da matéria. 2. **Ausência de repercussão geral do tema relativo à suposta violação dos princípios da legalidade, do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, bem como dos limites objetivos da coisa julgada (ARE nº 748.371/MT, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Tema 660, DJe de 1º/8/13).** 3. Conclusão em sentido diverso da adotada no acórdão recorrido demandaria, na espécie, o reexame aprofundado do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável na via eleita, segundo o enunciado da Súmula nº 279/STF. 4. Agravo regimental não provido. 5. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, haja vista tratar-se, na origem, de mandado de segurança (art. 25 da Lei nº 12.016/09). (ARE 994883 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO

Superior Tribunal de Justiça

DJe-174 DIVULG 23-08-2018 PUBLIC 24-08-2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente

